



## **POLÍTICA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: tendências contemporâneas**

**VALADÃO, Camila Costa**<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo apresentar (em linhas gerais), a partir de pesquisa bibliográfica, tendências da política social na América Latina no capitalismo contemporâneo, a fim de demonstrar os impactos do ajuste neoliberal para a proteção social, com destaque para a redução da questão social à pobreza e a expansão dos programas de transferência de renda condicionada na região. Apresenta de forma breve, a partir dos aportes da Teoria Marxista da Dependência, a compreensão de dependência, subdesenvolvimento e superexploração da força de trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** América Latina; Teoria Marxista da Dependência; Política Social.

### **1. INTRODUÇÃO**

As mudanças no padrão de acumulação capitalista, a partir dos anos de 1970, e as políticas de ajustes estruturais orientadas pelos organismos internacionais redefiniram o papel do Estado e remodelaram os sistemas de proteção social, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias. Na particularidade latino-americana, esse processo reforçou a posição histórica da região, acentuando a dependência, o subdesenvolvimento, a superexploração, produzindo e reproduzindo desigualdades, violências e pobreza.

É emergente pensar criticamente as determinações fundamentais da desigualdade e do acesso ao direito social na América Latina, com o objetivo de se contrapor as análises mecânicas e evolucionistas das relações socioeconômicas no continente. Nesse sentido, na perspectiva de refletir (em linhas gerais) sobre as tendências contemporâneas da política social na região, partimos dos aportes da Teoria Marxista

---

<sup>1</sup> Assistente Social, doutoranda em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, bolsista CAPES.



da Dependência<sup>2</sup> para compreender os determinantes estruturais próprios dos países periféricos que atribuem particularidades à questão social e a política social.

## 2. DESENVOLVIMENTO

A América Latina é uma “unidade contraditória”, que compartilha uma inserção específica na divisão internacional do trabalho e um caráter dependente frente à lógica de acumulação do capital mundial (CARCANHOLO, 2014). A região se desenvolve enquanto tal, a partir do processo de formação do capitalismo, como Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, no momento da expansão mercantilista europeia, no Século XVI (MARINI, 2005). A partir do Século XIX, com as nações formalmente independentes, a região é chamada a uma participação mais ativa no mercado mundial como produtora de matéria-prima e alimento:

O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos (MARINI, 2005, p. 143).<sup>3</sup>

É a partir desse momento, dentro de uma posição determinada e condicionada, que as relações de dependência<sup>4</sup> entre os centros capitalistas e a América Latina são

---

<sup>2</sup> De acordo com Carcanhola (2013, p. 71), “A Teoria Marxista da Dependência é o termo pelo qual ficou conhecida a versão que, com base na teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista, interpretava, na teoria clássica do imperialismo e em algumas outras obras pioneiras sobre a relação centro-periferia na economia mundial, a condição dependente das sociedades periféricas como um desdobramento próprio da lógica de funcionamento da economia capitalista mundial. Esta teoria foi constituída e teve o seu auge nos anos 1960. A partir daí, por várias razões, foi esquecida da teoria social, tanto da hegemônica como, até mesmo, de boa parte de uma tradição mais crítica do pensamento social. Não é uma casualidade histórica que essa teoria venha sendo reabilitada a partir da segunda metade dos anos 1990, e de forma mais intensa neste século XXI, justamente o momento em que o aguçamento da condição dependente das economias periféricas, em função da implementação intensa e massiva da estratégia neoliberal de desenvolvimento tem se verificado”.

<sup>3</sup> De acordo com Marini (2014, p. 52), “[...] uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção”.

<sup>4</sup> Vale destacar, de acordo com Marini (2005, p.141), que a dependência não é o mesmo que a situação colonial, ainda que ocorra uma continuidade entre ambas, é entendida “[...] como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”



definidas. O conceito de dependência aqui é compreendido como o condicionamento de uma economia pelo desenvolvimento e expansão de outra a que está subordinada, a partir de uma lógica/dinâmica de acumulação de capital em escala mundial (CARCANHOLO, 2008).

Portanto, a lógica de acumulação capitalista produz, simultaneamente, desenvolvimento em determinadas economias e subdesenvolvimento em outras, o que significa que

“[...] O subdesenvolvimento não seria um primeiro estágio de evolução rumo à modernidade desenvolvida, mas, ao contrário, característica antagônica e complementar do processo de desenvolvimento dentro de uma mesma lógica global de acumulação capitalista” (CARCANHOLO, 2008, p. 53).

As mudanças no padrão de acumulação capitalista, a partir dos anos de 1970, denominadas por alguns autores de mundialização<sup>5</sup>, particularizam-se por uma redefinição global no campo político-institucional e das relações sociais, a partir da desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, privatização do setor público, e a “redução do Estado” (SOARES, 2003), com a desmontagem (total ou parcial) dos vários tipos de *Welfare State*, a supressão de direitos sociais (apresentados como “privilégios” de trabalhadores) e a liquidação das garantias ao trabalho em nome da “flexibilização” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 226).

Na particularidade latino-americana, esse processo de mundialização pode ser evidenciado por alguns aspectos. Primeiro, reforçou a posição da região como provedora de matéria-prima, acentuando o tripé “transnacionalização-desindustrialização-reprimarização” da economia (CARCANHOLO, 2014).<sup>6</sup> A

---

<sup>5</sup> De acordo com Iamamoto (2010, p. 106), “[...] a efetiva mundialização da “sociedade global” é acionada pelos grandes grupos industriais transnacionais articulados ao mundo das finanças. Este tem como suporte as instituições financeiras que passam a operar com o capital que rende juros (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, fundos mútuos e sociedades financeiras de investimento), apoiadas na dívida pública e o mercado acionário das empresas. Esse processo impulsionado pelos organismos multilaterais captura os Estados nacionais e o espaço mundial, atribuindo um caráter cosmopolita à produção e consumo de todos os países; e, simultaneamente, radicaliza o desenvolvimento desigual e combinado, que estrutura as relações de dependência entre nações no cenário internacional”.

<sup>6</sup> Carcanholo (2014, p.14) destaca que o capitalismo contemporâneo “ [...] impôs para a América Latina um ajuste estrutural que fez com que a economia voltasse a um padrão de inserção na divisão internacional do trabalho caracterizado pela especialização de sua estrutura produtiva, e da pauta exportadora, em produtos primários, baseados em recursos naturais, com baixas produtividades, em média, e ainda com forte presença de capital estrangeiro”.



expansão das chamadas *commodities*<sup>7</sup> é uma demonstração desse modelo, gerando profundas transformações e consequências para a agricultura, o abastecimento, emprego e meio ambiente. A soja é um exemplo:

[...] tem se difundido na Argentina, Brasil, Paraguai, e Uruguai, destruindo outros cultivos, mediante um modelo que utiliza sementes transgênicas e dependência da Monsanto como única fornecedora. Como requer pouca mão de obra para produzir o óleo ou ração para animais, gera apenas um emprego para cada 100-500 hectares (KATZ, 2016, p. 20).

A mineração com a modalidade de explorações a céu aberto é outro forte exemplo, utilizando enormes volumes de água, resultando em contaminações, desastres ambientais, desaparecimento de geleiras andinas, degradação da bacia amazônica, conforme evidencia Katz (2016, p.21):

Para extrair mineral, são dinamitadas montanhas e as rochas são dissolvidas por meio de compostos químicos (*fracking*). Como estas técnicas substituem a velha escavação e necessitam de maior investimento, tem se potencializado a presença de empresas estrangeiras, que obtêm vultuosos lucros com pequena tributação. As empresas do Canadá – junto com australianos, belgas, suecos e estadunidenses – controlam a maior parte desses empreendimentos.

Segundo, as transformações na esfera do trabalho, impulsionadas pelas reformas trabalhistas, ampliaram a superexploração<sup>8</sup> e impuseram perdas de direitos a partir da intensificação do trabalho, aumento progressivo da jornada, diminuição dos salários reais, precarização, além do aumento do desemprego e do subemprego em todas as suas formas (VALÊNCIA, 2010).

Terceiro, as contrarreformas remodelaram os sistemas de seguridade, a partir da substituição dos sistemas públicos e universais por seguros privados, ligados ao capital financeiro, com subsídios de recursos públicos; desmonte de políticas sociais

---

<sup>7</sup> De acordo com Katz (2016, p. 20) em todos os países da América Latina “[...] se fortaleceu um empresariado que opera os negócios rurais com critérios capitalistas de acumulação intensiva. A velha oligarquia encabeçou esta reconversão, em estreita associação com as grandes empresas do *agrobusiness*. Os pequenos produtores são onerados com o encarecimento dos insumos, maior pressão competitiva e crescente transferência de riscos, através de contratos formatados às regras da exportação. Devem formatar sua atividade a novas exigências de refrigeração, transporte e insumos agroquímicos para gerar produtos nos moldes do *marketing* global. Frequentemente ficam endividados, vedem a terra e terminam engrossando a massa de excluídos que emigra para as cidades”.

<sup>8</sup> A “superexploração”, conforme denominado por Marini (2005) é uma forma particular de exploração, e consiste na violação do valor da força de trabalho a partir da remuneração abaixo do valor real (OSORIO, 2013). “É [...] a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (MARINI, 2005, p. 125). Sobre a relação entre as categorias “exploração” em Marx e “superexploração” em Marini, consultar Carcanholo (2013).



nos países onde os mecanismos de proteção social eram mais frágeis e não chegavam a constituir um sistema público universal de proteção; “reformas” constitucionais que reduziram ou eliminaram direitos constituídos ao longo de décadas (SOARES, 2010).

Ou seja, os sistemas de proteção social foram fortemente tensionados pelas contrarreformas que remodelaram os sistemas de seguridade, prevalecendo o trinômio privatização, focalização/seletividade e descentralização (desconcentração e desresponsabilização), ou seja, as políticas sociais transformam-se em ações pontuais e compensatórias (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Nesse contexto, os programas de transferência condicionada de renda<sup>9</sup> (PTC's) ganharam notoriedade e popularidade na região, estimulados pelos Organismos Internacionais a partir da Conferência de Copenhague (1995)<sup>10</sup> e a Declaração do Milênio das Nações Unidas, que originou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000)<sup>11</sup>. Segundo Stein (2013), mais de 35 programas foram implementados, e atualmente, 25 estão em funcionamento em 18 países da América Latina, com uma cobertura de 19% da população.

---

<sup>9</sup> De acordo com Stein (2013, p.13, *tradução nossa*), identifica-se como característica comum a todos os PTC's “[...] a transferência monetária para famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, com um ou mais filhos menores de idade, mediante o cumprimento de condicionalidades”. Além disso, as condicionalidades, de maneira geral, “[...] requerem o compromisso com a assistência à escola das crianças em idade escolar e o controle de saúde das crianças com idade pré-escolar”. Quanto aos benefícios, “[...] constituem em transferência monetária, visando assegurar um nível mínimo de consumo; transferências não monetárias (suplementos alimentícios e mochila ou bolsa com utensílios escolares), como também, determinados serviços no âmbito da educação e saúde (palestras educativas, informativas, de orientação e conselhos em temas diversos), diretamente as famílias de modo a fortalecer o desenvolvimento humano dos usuários. Embora com características comuns, Stein (2013, p. 15, *tradução nossa*) chama a atenção para a variedade de aspectos que distinguem os programas. “Não é possível dizer de um único formato entre eles, a não ser a referência à pobreza e a exigência de contrapartidas das famílias em resposta às condicionalidades”.

<sup>10</sup> O chamada consenso de Copenhague ganha materialidade na Declaração de 117 Chefes de Estado e de Governo, em torno de 10 compromissos, dentre os quais destaca-se: “1) criar um ambiente econômico, político, social, cultura e jurídico que permita o desenvolvimento das pessoas; 2) erradicar a pobreza no mundo, por meio de uma ação nacional enérgica – com enfoque multidimensional e integrado, em cooperação com todos os membros da sociedade civil – e da cooperação internacional, como imperativo ético, social, político e econômico da humanidade; 3) promover o pleno emprego e capacitar os homens e as mulheres a conseguirem meios de vida seguros e sustentáveis” (STEIN, 2005, p. 138).

<sup>11</sup> Chefes de Estados e de Governo de 189 países firmaram a Declaração do Milênio que originou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, “comprometendo-se a intensificar esforços mundiais para reduzir a pobreza, melhorar a saúde e promover a paz, os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental, com metas definidas para serem cumpridas até o ano de 2015” (STEIN, 2005, p. 138).



De acordo com Boschetti (2012, p. 52), a centralidade ocupada pelos PTC's na América Latina revela a opção pela gestão da pobreza: "Trata-se, nitidamente, de um "pobre" programa, que "custa" pouco, não atinge a estrutura da desigualdade, mas possui forte impacto político".

Entre os impactos políticos está a tão comemorada redução dos indicadores da pobreza e extrema pobreza. Em 2013, 164 milhões de pessoas (27,9% da população) viviam em situação de pobreza na América Latina sendo que dessas, 68 milhões (11,5% da população) se encontravam em situação de extrema pobreza e indigência (STEIN, 2013). Para os anos anteriores, os números são ainda mais elevados, o que evidencia a tendência de redução a partir de 2008, respectivamente: 33,5% e 12,9% em 2008; 29,6% e 11,6% em 2011; 28,2% e 11,3% em 2012 (STEIN, 2013).

Embora haja quantitativamente uma redução da pobreza na região, medida e vinculada aos rendimentos oriundos dos programas de transferência de renda, a desigualdade<sup>12</sup> efetivamente não foi reduzida, e continua sendo uma das piores do mundo (BOSCHETTI, 2008, p.180):

[...] embora os dados gerais de crescimento econômico apontem que a América Latina e o Caribe vivenciaram, nos últimos quatro anos, taxas médias de crescimento da ordem de 4% a 4,5% (CEPAL, 2006, p.53), esse índice é inferior aos dos países em desenvolvimento, e incapaz de provocar aumentos significativas das taxas de emprego e redução das desigualdades sociais.

Além da desigualdade estrutural, desemprego, informalidade, superexploração, não acesso aos direitos e políticas sociais, conforme já demonstrado até aqui, nota-se uma tendência na região em resumir a questão social à pobreza, a partir de abordagens individualizantes e des-historicizadas. Ou seja, a questão social é separada de seus fundamentos estruturais, da compreensão da lei geral da acumulação capitalista, e das configurações assumidas pelo trabalho e Estado.

É notória a centralidade que a pobreza e o "combate" a ela passaram a assumir nas últimas décadas, em especial nos países latino-americanos, mostrando-se como o novo consenso da retórica dos organismos internacionais, com destaque para o Banco

---

<sup>12</sup> De acordo com BOSCHETTI (2008), a desigualdade estrutural na América Latina prevalece e se alimenta e reproduz na concentração de renda e propriedade, nos baixos rendimentos, no desemprego, na informalidade e precarização das relações de trabalho, e o não acesso aos direitos e as políticas sociais.





Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (UGÁ, 2008). Esses organismos vêm atuando cada vez mais como órgãos políticos, “[...] uma espécie de coordenador do processo global de desenvolvimento”, como propagadores dos fundamentos ideológicos das estratégias neoliberais (UGÁ, 2008, p. 121).

Ao analisar os relatórios<sup>13</sup> do Banco Mundial e PNUD, com destaque para aqueles que se dedicam à temática da pobreza, Ugá (2008) evidencia três eixos importantes nessas formulações: as definições e conceituações explícitas para o termo “pobreza”; os significados dados à pobreza a partir do que se ressalta como sendo suas causas; e as recomendações de políticas para o enfrentamento da questão. Abaixo uma síntese dessas concepções elaborada pela autora:<sup>14</sup>

	Banco Mundial	PNUD
<b>Temática Central</b>	“Luta contra a pobreza”	“Desenvolvimento humano”
<b>Pobreza</b>	Definição monetária (linha de pobreza) (1990) e “pobreza multidimensional” (2000)	“Pobreza humana” – privação de capacidades humanas
<b>Causas da pobreza</b>	Falta de recursos (“ativos”) e de oportunidades e, ainda, limitações geradas pelas instituições.	Má governança, falta de oportunidades e fatores pessoais.
<b>Recomendações para o “combate à pobreza”</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Promoção das “oportunidades”</li><li>- Incentivo ao <i>empowerment</i></li><li>- Promoção da segurança</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Capacitar os pobres</li><li>- Reformar o Estado</li><li>- Crescimento econômico pró-pobre</li><li>- Reunir novas forças</li></ul> Promover uma globalização “mais humana”

Fonte: Ugá (2008)

É possível verificar que a pobreza aparece de forma bastante naturalizada e descontextualizada por esses organismos, como um problema em si, vista como o conjunto daqueles indivíduos que estão abaixo da “linha da pobreza” e que se encontram em tal situação devido à falta de recursos, ativos e capacidades em uma

<sup>13</sup> Ugá (2008, p.130) utiliza como material empírico para sua pesquisa as publicações anuais de *World Development Reports* do Banco Mundial. “Esses relatórios se apresentam como um guia para o mundo no que diz respeito às questões econômicas, sociais, políticas e ambientais” “No que diz respeito ao tema da “pobreza”, os *World Development Reports* (os “Relatórios sobre Desenvolvimento Mundial”) que se dedicaram a esse tema específico foram o de 1990 – A Pobreza e o de 2000-2001 – A luta contra a pobreza”; e o *Human Development Report* do PNUD publicado anualmente para abordar o tema do “desenvolvimento humano”. A ideia de desenvolvimento humano do PNUD é fortemente marcada pelas reflexões de Amartya Sen, definido como um processo de alargamento das escolhas, oportunidades e liberdades das pessoas.

<sup>14</sup> Não incluímos nessa síntese as formulações e concepções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma vez que o enfoque da OIT é o trabalho decente. Além disso, há uma forte aproximação entre a abordagem da OIT e PNUD. O quadro completo e outras reflexões podem ser encontrados em Ugá (2008).



nítida tendência de individualização, deslocando o problema da sociedade para o indivíduo (UGÁ, 2008).<sup>15</sup>

Nessa direção, as propostas políticas para o enfrentamento da pobreza seguem a lógica de capacitação dos pobres, do assistencialismo e da focalização dos recursos públicos nos comprovadamente pobres, além do incentivo ao empreendedorismo e à “participação (empoderamento)” (UGÁ, 2008).

Essas considerações são fundamentais para compreendermos as transformações na proteção social, voltada agora para os “pobres” e não mais para os “trabalhadores” e “cidadãos”. A focalização agora é interpretada como bandeira para os que realmente lutam pelos interesses dos “pobres” e buscam a “justiça social”, enquanto a “universalização”, dentro desse novo “consenso” internacional, se tornou pauta daqueles que desejam manter os “privilégios” de alguns (UGA, 2008).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a política social no contexto latino-americano, sob a perspectiva da Teoria Marxista da Dependência, nos possibilita partir do concreto, das determinações estruturais e sócio-históricas para captar o movimento dialético entre a parte e o todo. A dependência (categoria analítica que expressa a lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo) lança luz sobre as desigualdades históricas, resultantes da relação entre centro e periferia, que são ainda mais ampliadas com o processo de mundialização da economia.

O lugar da política social nesse contexto é de redução da questão social à pobreza, a partir de abordagens individualizantes e des-historicizada. Ao mesmo tempo, a pobreza é naturalizada e interpretada como um problema dos indivíduos que estão em

---

<sup>15</sup> De acordo com Ugá (2004, p.60), os documentos do Banco Mundial definem dois tipos de indivíduos: o competitivo e o incapaz. “O competitivo é aquele capaz de atuar livremente no mercado, uma vez que tem competitividade (empregabilidade) para conseguir um emprego, assegurar que não vai perder o que tem ou, ainda, se acontecer de perdê-lo, conseguir um novo emprego. O indivíduo incapaz é aquele que não consegue nada disso. Ele não tem empregabilidade, nem é competitivo, uma vez que não pôde (ou não quis) investir em seu próprio “capital humano”.





tal situação por falta de “recursos”, “ativos” e “capacidades”, reforçando a ideia da seletividade como forma mais eficiente e eficaz no “combate à pobreza”.

No entanto, o que se verifica na prática é uma tentativa de transformar a política social em mero paliativo, e reduzir os gastos públicos a partir de estratégias que “reduzem as necessidades humanas a sua mísera expressão animal” (PEREIRA; STEIN, 2010, p.115). Nesse contexto, a defesa das políticas universais é também a defesa da democracia.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

BOSCHETTI, I. et all. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. SP: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, I. América Latina, política social e pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In: SALVADOR, Evilasio et all. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica**. In: R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008

\_\_\_\_\_. Desafios e perspectivas para a América Latina do Século XXI. In: **Argumentum**, Vitória (ES), v.6, n.2, jul./dez, 2014.

\_\_\_\_\_. O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência. In: **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013

IAMAMOTO, M.. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

KATZ, C. **Neoliberalismo neodesenvolvimento socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5ed. Florianópolis: Insular, 2014.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

OSÓRIO, J. Fundamentos da exploração. In: FILHO, N. A. (org.) **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: Ipea, 2013.

PEREIRA, P; STEIN, R. Política Social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre e América Latina. In: BOSCHETTI, I. et all. **Capitalismo em Crise: Política Social e Direitos**. São Paulo, Cortez, 2010.

SOARES, Laura Tavares. **O desastre Social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.



\_\_\_\_\_, Laura Tavares. Neoliberalismo e Lutas Sociais: perspectivas para as políticas públicas – retrocessos, recorrências e avanços. In: **Revista de Políticas Públicas**. São Luiz, 2010.

STEIN, Rosa Helena. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI, I. et all. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. SP: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Neoliberalismo e Lutas Sociais: perspectivas para as políticas pública. Desarrollo y gestión de la pobreza: los mínimos sociales en América Latina. In: [Actas del IV Congreso de la Red Española de Política Social \(REPS\): "Las políticas sociales entre crisis y post-crisis" celebrado el 6 y 7 de Junio de 2013 en la Universidad de Alcalá](#). ISBN: 978-84-616-7693-4 (43,54 Mb), pp. 1258-1272. Disponível em <http://www3.uah.es/congresoreps2013/>.

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, v. 23, p. 55-62, nov. 2004.

\_\_\_\_\_. **A questão social como “pobreza”**: crítica à conceituação neoliberal. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

VALENCIA, A.S. Toyotismo, automatização flexível e superexploração do trabalho na América Latina. In: **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 2, Jul-Dez 2010.